

# PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

**CLÉLIO CHIESA**  
**MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO**

COORDENADORES

Eduardo Arruda Alvim	Ives Gandra da Silva Martins
James Marins	Gabriel Lacerda Troianelli
Paulo Cesar Conrado	Hugo de Brito Machado Segundo
José Carlos Francisco	José Eduardo Soares de Melo
Julio Maria de Oliveira	Marcos Vinicius Neder
Marcos Rogério Lyrio Pimenta	Maria Rita Ferragut
Paulo Roberto Lyrio Pimenta	Maurício Bellucci
Alexandre Siciliano Borges	Célio Armando Janczeski
Alexandre Castellani	Clélio Chiesa
Cristiano Rosa de Carvalho	Dalton Luiz Dallazem
Edison Carlos Fernandes	Eduardo Fortunato Bim
Eduardo José Paiva Borba	Fabiana Del Padre Tomé
Fábio Pallaretti Calcini	Gilson Wessler Michels
Graziele Pereira	Guilherme Cezaroti
Harrison Ferreira Leite	Jorge Sylvio Marquezi Junior
José Augusto Dias de Castro	Klaus E. Rodrigues Marques
Luís Flávio Neto	Luiz Fernando Mussolini Júnior
Luiz Gustavo A. S. Bichara	Manuella Vasconcelos Falcão
Marcelo de Lima Castro Diniz	Raquel Cavalcanti Ramos Machado
Thaís Folgosi Françoso	



**MP**  
**EDITORA**

*Revisão* Denis Marcello e Paulo Sposati  
*Edição* Pedro Barros  
*Diretor responsável* Marcelo Magalhães Peixoto

---

I31

Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza : questões pontuais do curso da APET / Ives Gandra da Silva Martins e Marcelo Magalhães Peixoto, coordenadores ; Hugo de Brito Machado... [et. al.]. - São Paulo : MP Ed., 2006

ISBN 85-98848-29-8

1. Imposto de renda - Brasil - Discursos, conferências, etc. 2. Imposto de renda - Brasil - Deduções. 3. Direito tributário - Brasil - Discursos, conferências, etc. I. Martins, Ives Gandra da Silva, 1935-. II. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971-. III. Machado, Hugo de Brito.

06-0830.

CDU 34:336.225.622(81)

---

Todos os direitos desta edição reservados a

**MP Editora**  
Av. Paulista, 2202, cj. 51  
São Paulo-SP 01310-300  
Tel./Fax: (11) 3171 2898  
adm@mpeditora.com.br  
www.mpeditora.com.br

# SUMÁRIO

<b>1. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA</b>	<b>15</b>
MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	17
<i>Célio Armando Janczeski</i>	
1. Notas introdutórias	17
2. Aplicação em matéria tributária	18
3. Impetração preventiva e impetração contra lei em tese	21
4. Do prazo decadencial	22
5. A ameaça e o justo receio	27
6. Liminar	29
7. Considerações derradeiras	30
LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA E COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA	33
<i>Paulo Cesar Conrado</i>	
EFEITOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DA SEGURANÇA EM RELAÇÃO À LIMINAR CONCEDIDA	41
<i>Julio Maria de Oliveira e Grazielle Pereira</i>	
1. Introdução	41
2. Da liminar no mandado de segurança	42
3. Da concessão da liminar	47
4. Revogação da liminar em mandado de segurança	52
5. A liminar e o recurso de apelação em mandado de segurança	62
6. Conclusão	68
MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: QUESTÕES PRÁTICAS	71
<i>José Eduardo Soares de Melo</i>	
1. Considerações preliminares	71
2. Preventivo – repressivo	72
3. Autoridade coatora	74
4. Provas	78
5. Liminar	80
6. Valor da causa	82
A POSSIBILIDADE OU NÃO DE SE EXIGIR CONTRACAUTELA PARA O DEFERIMENTO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	83
<i>Marcos Rogério Lyrio Pimenta</i>	
1. Medida liminar	83
2. A medida liminar em mandado de segurança	84
3. Medida liminar em mandado de segurança e contracautela	88

A LEGITIMIDADE PASSIVA NO MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	93
<i>Klaus E. Rodrigues Marques</i>	
1. Síntese histórica	93
2. A autoridade coatora	95
3. O sujeito passivo da relação processual	100
4. Conclusões	104
SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA EM MANDADO DE SEGURANÇA	107
<i>Marcelo de Lima Castro Diniz</i>	
1. Introdução	107
2. Direito material e direito processual: necessária integração e interação	107
3. Classificação dos eventos suspensivos da exigibilidade do crédito tributário	110
4. Eventos processuais judiciais suspensivos da exigibilidade do crédito tributário	113
5. Medida liminar e sentença de improcedência	119
6. Súmula 405 do STF e recurso de apelação contra sentença denegatória	123
7. Meios para manutenção (nova medida liminar) da medida liminar cassada pela sentença	127
8. Conclusões	130
A REVOGAÇÃO DA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA E SEUS EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	131
<i>Gilson Wessler Michels</i>	
1. Introdução	131
2. A revogação da medida liminar pela decisão denegatória da segurança	133
3. Efeitos da revogação da liminar sobre atos praticados sob sua égide	137
4. Lançamento posterior de multa de ofício nos casos de lançamento para prevenção da decadência	142
5. Incidência de multa de mora e de juros de mora no período albergado pela medida liminar	147
6. Considerações finais	152
CONTRACAUTELA PARA DEFERIMENTO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	153
<i>Eduardo Arruda Alvim</i>	
1. Considerações gerais sobre o mandado de segurança	153
2. Matriz constitucional da liminar em mandado de segurança	154
3. Nossas conclusões	173
LEGITIMIDADE PASSIVA NO MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	177
<i>José Carlos Francisco</i>	
1. Introdução	177
2. Noções gerais	177
3. Legitimação passiva: competência jurisdicional e condição da ação	180
4. Autoridade administrativa ou pessoa jurídica?	181
5. Litisconsórcio facultativo e assistência (simples e litisconsorcial)	183
6. Sentido processual de "autoridade administrativa"	185
7. Teoria da encampação	188

8. Alguns problemas concretos em tributação	189
9. Conclusões	198
<b>A CONCESSÃO JUDICIAL DE SEGURANÇA AO CONTRIBUINTE PARA A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA E QUESTÕES AFINS</b>	<b>199</b>
<i>Alexandre Siciliano Borges e Luís Flávio Neto</i>	
1. O tema e a sua abordagem	199
2. A necessária análise da trajetória do nascimento à extinção do débito tributário (crédito do fisco) e da trajetória do nascimento à extinção do crédito do contribuinte (débito do fisco) pela compensação tributária	200
3. A ação de mandado de segurança e sua disposição para o reconhecimento do direito do contribuinte à compensação tributária e questões afins	209
4. Da teoria à prática: possibilidades concretas de utilização do mandado de segurança em matéria de compensação tributária	220
<b>2. AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA</b>	<b>229</b>
<b>AÇÃO RESCISÓRIA</b>	<b>231</b>
<i>Guilherme Cezaroti</i>	
1. Introdução	231
2. O trânsito em julgado	232
3. A ação rescisória	232
<b>AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA</b>	<b>261</b>
<i>Harrison Ferreira Leite</i>	
1. Introdução	261
2. Direito material e direito processual	262
3. A ação rescisória	263
4. Conclusões	272
<b>3. EXECUÇÃO FISCAL</b>	<b>275</b>
<b>A INDISPONIBILIDADE DE BENS ON-LINE NA EXECUÇÃO FISCAL E O POSTULADO DA PROPORCIONALIDADE</b>	<b>277</b>
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
Introdução	277
1. Hipótese de incidência da norma contida no art. 185-A do CTN	278
2. Trata-se, realmente, de uma "penhora on-line"?	279
3. No que o dispositivo inovou?	280
4. A regra do art. 185-A do CTN e o postulado da proporcionalidade	282
Conclusões	290

## O REDIRECIONAMENTO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO: POSSIBILIDADE E LIMITES 293

*Maria Rita Ferragut*

1. Introdução 293
2. Sujeição passiva na execução fiscal 293
3. Execução fiscal: o administrador como sujeito passivo e a necessidade da inclusão de seu nome na certidão de dívida ativa, para as hipóteses de responsabilidade pessoal fundadas no art. 135 do CTN 297
4. Redirecionamento na execução fiscal e a inclusão do sócio na lide após a oposição dos embargos à execução fiscal: limites para a preservação da constitucionalidade e da legalidade desse procedimento 302
5. Fundamento de validade do redirecionamento na execução fiscal 303
6. Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal quando a pessoa jurídica não tiver bens suficientes para a quitação da dívida 305
7. Da imprescindibilidade do dolo 305
8. A importância das provas para o reconhecimento da responsabilidade pessoal do sócio 307
9. A utilização das provas diretas e das presunções legais para a caracterização da responsabilidade de terceiros 308
10. Da jurisprudência 309
11. Fatos a serem analisados para a defesa do sócio 310

## ASPECTOS GERAIS DA PENHORA ON-LINE NO PROCESSO CIVIL E NO EXECUTIVO FISCAL (CTN, ART. 185-A) 311

*Eduardo Fortunato Bim*

1. Introdução 311
2. O Bacen Jud e a penhora on-line 312
3. Penhora on-line ou indisponibilidade de bens? 312
4. A natureza jurídica da penhora on-line: pré-penhora ou simples penhora? 316
5. Voltando às origens do processo executivo 318
6. A penhora on-line, o mito da teoria da ultima ratio e seu sinônimo de penhora sobre o faturamento e/ou estabelecimento 319
7. O mito da penhora on-line como ultima ratio e a desvirtuação da ratio legis da ordem de preferência do arts. 655 do CPC e 11 da LEF 321
8. Inovações do art. 185-A do CTN na penhora on-line? 327
9. Recurso contra a decisão que decreta a penhora on-line: agravo de instrumento 329
10. Da responsabilidade civil estatal na penhora on-line 330
11. Conclusão 331

## ASPECTOS CRÍTICOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL 335

*Luiz Gustavo A. S. Bichara e Manuella Vasconcelos Falcão*

1. Introdução 335
2. Garantia do crédito tributário na cautelar ajuizada previamente à execução fiscal 337
3. Inscrição em dívida ativa de um débito reconhecido como devido na DCTF ou na declaração de compensação 348
4. A impossibilidade de negativa da certidão de débitos sob o argumento de necessidade de complementação da penhora, quando esta não for determinada pelo Poder Judiciário 359
5. Conclusão 368

PROCESSO TRIBUTÁRIO E SEGURANÇA JURÍDICA: LIMITES JURÍDICOS AO REDIRECIONAMENTO, À PENHORA E À INDISPONIBILIDADE DE BENS	369
<i>Clélio Chiesa</i>	
1. Delimitação da proposta deste opúsculo	369
2. Imputação da responsabilidade com fulcro no art. 135, III, do CTN, sem a instauração de processo de apuração: violação ao devido processo legal e à ampla defesa	370
3. Redirecionamento contra sócios e gerentes sem a emissão de ato administrativo constitutivo da responsabilidade – impossibilidade – violação do devido processo legal e da ampla defesa – abalo à segurança jurídica	380
4. Indisponibilidade “on-line” sem a observância da ordem legal de penhora – abalo à segurança jurídica	384
5. A concessão de medida cautelar fiscal sem a comprovação de risco no recebimento do crédito tributário – abalo à segurança jurídica	388
6. Considerações finais	390
RESPONSABILIDADE DO SÓCIO POR CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS LANÇADOS CONTRA A PESSOA JURÍDICA: ARTS. 124, II, 134 E 135 DO CTN, ART. 13 DA LEI Nº 8.620/93 E A RAZOABILIDADE	391
<i>Raquel Cavalcanti Ramos Machado</i>	
Introdução	391
1. Casos de aplicabilidade do art. 124, II, do CTN e a responsabilidade do sócio (arts. 134 e 135 do CTN)	392
2. Interpretação razoável da norma atribuidora de responsabilidade ao sócio	399
3. Recente pronunciamento da 1ª Seção do STJ	403
Conclusões	406
<b>4. MEDIDA CAUTELAR FISCAL</b>	<b>407</b>
MEDIDA CAUTELAR FISCAL: UMA LEITURA CONSTITUCIONAL DE SEU CABIMENTO	409
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1. Introdução	409
2. Problemática: casos jurídicos a serem solucionados	410
3. Proposta de solução: uma leitura constitucional da medida cautelar	413
4. Breve conclusão	423
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRESSUPOSTOS PARA O AJUIZAMENTO DE MEDIDA CAUTELAR FISCAL	425
<i>Luiz Fernando Mussolini Júnior</i>	
MEDIDA CAUTELAR FISCAL E MORALIDADE	433
<i>Eduardo José Paiva Borba</i>	
1. Moral da administração tributária e do contribuinte	433
2. Medida cautelar fiscal e a moralidade do contribuinte	440

## 5. AÇÕES INDIVIDUAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA 443

### A CONTROVÉRSIA DO LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO 445

*Maurício Bellucci e Alexandre Castellani*

1. Introdução 445
2. O depósito suspensivo visto como um direito subjetivo do contribuinte 445
3. Depósito e levantamento: verso e reverso da mesma moeda – necessário tratamento jurídico igualitário 448
4. Teses utilizadas para barrar o levantamento dos valores depositados no processo com base no art. 151, II, do CTN, a qualquer tempo e independentemente de condição 449
5. Levantamento por conta e risco do contribuinte 463
6. Conclusões 465

### O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA APÓS A LEI Nº 11.187/05 469

*Edison Carlos Fernandes e Thaís Folgosi Françoso*

1. A figura da lesão grave e de difícil reparação 471
2. A conversão do agravo de instrumento em agravo retido 473
3. O agravo de instrumento no direito processual tributário 476

### ESTUDO SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, POR PARTE DO JUDICIÁRIO, DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS FINAIS CONTRÁRIAS À FAZENDA 479

*Jorge Sylvio Marquezi Junior*

1. Introdução e delimitação do objeto 479
2. Premissas 480
3. A natureza das decisões finais dos órgãos administrativos: jurisdição? 483
4. Previsão do art. 5º, XXXV, da CF 485
5. Do princípio da moralidade 487
6. Princípio da eficiência administrativa e a imutabilidade da decisão favorável ao contribuinte 488
7. Suposição: possibilidade da revisão e as eventuais condutas do Poder Judiciário 488
8. Sentença administrativa final favorável ao contribuinte: direito adquirido? 491
9. Aspectos de direito processual 491
10. Análise das espécies de procedimento 493
11. Conclusões 495

### O DEPÓSITO JUDICIAL DO TRIBUTO E A DECADÊNCIA DO DIREITO DE LANÇAR 497

*Dalton Luiz Dallazem*

### O AGRAVO DE INSTRUMENTO DE ACORDO COM A LEI Nº 11.187/05 E O PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO 509

*Cristiano Rosa de Carvalho e José Augusto Dias de Castro*

1. Introdução 509
2. O agravo de instrumento nos termos da Lei nº 11.187/05 511

3. O impacto do novo agravo de instrumento no processo judicial tributário	515
4. Conclusão	525
<b>A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 285-A DO CPC</b>	<b>527</b>
<i>Gabriel Lacerda Troianelli</i>	
<b>A IMPUGNAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE</b>	<b>533</b>
<i>Paulo Roberto Lyrio Pimenta</i>	
1. Introdução	533
2. Perfil do controle difuso	533
3. Fundamentos constitucionais do controle difuso	536
4. Remédios jurídicos admissíveis no controle difuso	538
5. Aplicação das técnicas de decisão do controle abstrato	538
6. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade no controle difuso	540
7. Conclusões	541
<b>EFEITOS PROSPECTIVOS DE DECISÕES DEFINITIVAS DA SUPREMA CORTE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA</b>	<b>543</b>
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
<b>6. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO NO DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>563</b>
<b>AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>565</b>
<i>James Marins</i>	
1. A consignação judicial do crédito tributário no CTN	565
2. A ação de consignação em pagamento no CPC	572
3. O IPTU e a consignatória	577
4. O ISS e a consignatória	579
<b>7. TUTELAS DE URGÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA</b>	<b>591</b>
<b>OS EFEITOS DA CASSAÇÃO DA LIMINAR EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS</b>	<b>593</b>
<i>Fabiana Del Padre Tomé</i>	
1. Anotações sobre o subsistema comunicacional do direito	593
2. Norma jurídica e o processo de positivação	595
3. Decisão judicial: veículo introdutor de norma jurídica individual e concreta	597
4. Cassação da medida liminar e seus efeitos	599
5. O pressuposto jurídico da mora e sua não-verificação nos casos em que há cumprimento de decisão judicial suspensiva da exigibilidade do crédito tributário	600
6. Efeitos da cassação de medida liminar nos tributos estaduais e municipais: inexistência de mora	602

A TUTELA DE URGÊNCIA SUSPENSIVA DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	605
<i>Marcos Vinicius Neder</i>	
1. Delimitação do estudo	605
2. Conceitos relevantes	607
3. Da natureza jurídica das penalidades fiscais	609
4. A execução das tutelas de urgência e a recomposição do dano	611
5. A interpretação do art. 63 da Lei 9.430/96	614
6. Comportamento da jurisprudência	619
7. Considerações finais	620